

B O L E T I M

# MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 630

## SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aviso - Convocatória - Deliberações (Sessões de 21 de Fevereiro de 2006 e de 2 de Março de 2006)  
pág. 724 (2)

### CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação (Reunião de Câmara realizada em 22 de Fevereiro de 2006)  
pág. 724 (23)

# RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### Aviso

Intervenção do público na Sessão Extraordinária de 21 de Março de 2006

Local e hora das inscrições

Avisam-se os interessados que, nos termos do Regimento, a Sessão desta Assembleia Municipal de Lisboa, que se realizará no Fórum Lisboa - Avenida de Roma, 14, terá início às 15 horas, com um período não superior a 45 minutos de intervenção do público, para apresentação de assuntos de interesse municipal e pedidos de esclarecimento, dirigidos à Mesa.

As inscrições para este período devem ser feitas no dia 21 de Março de 2006, das 14 às 15 horas, nas instalações da Assembleia Municipal, Avenida de Roma, 14-P, 2.º andar - Lisboa (Fórum Lisboa).

Assembleia Municipal de Lisboa, em 2006/03/10.

Pel'a Presidente,  
O 1.º Secretário,  
(a) *Jorge Antas*

### Convocatória

#### 7.ª Sessão (Extraordinária) da Assembleia Municipal

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 50.º e da alínea a) do artigo 54.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, convoco uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, para o dia 21 de Março de 2006, pelas 15 horas, no Fórum Lisboa - Avenida de Roma, 14, a qual, de acordo com o n.º 2 do artigo 66.º do Regimento, se iniciará com o período de intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse municipal e pedidos de esclarecimentos, dirigidos à Mesa, a que se segue, nos termos do artigo 38.º do Regimento, o Período de Antes da Ordem do Dia.

#### Ordem de Trabalhos

1 - *Proposta n.º 41/2006* - Aprovar a renovação da declaração de utilidade pública de expropriação da nova Avenida Engenheiro Santos e Castro, relativamente às Parcelas n.ºs 2, 9, 10, 17, 20, 21, 22 e 23, aprovada pela Deliberação n.º 41/AM/2003, nos termos da proposta, ao abrigo das disposições conjugadas

do n.º 2 do artigo 14.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, com a alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

2 - *Proposta n.º 42/2006* - Aprovar a desafecção do domínio público municipal para o domínio privado da Câmara da parcela de terreno sita à Rua Padre Francisco Álvares, e aprovar a constituição do direito de superfície em subsolo no referido terreno à «Associação do Parque de Estacionamento Residencial da Rua Padre Francisco Álvares», destinado a execução de um parque de estacionamento subterrâneo residencial, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea i) do n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

3 - *Proposta n.º 50/2006* - Aprovar a repartição de encargos da adjudicação da prestação de serviços de «Manutenção e conservação dos espaços verdes da Avenida Lusíada, Avenida General Norton de Matos, Avenida Padre Cruz, Avenida Marechal Craveiro Lopes, Rotunda do Relógio e Avenida Cidade do Porto», à empresa Parques e Jardins - Projectos e Construções, Ltd.ª, nos termos da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e da alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4 - *Proposta n.º 54/2006* - Aprovar os critérios de rateio individual da compensação a distribuir a cada um dos feirantes da Feira Popular de Lisboa facultados pelo Perito nomeado pelo Tribunal da Relação de Lisboa e autorizar a Câmara Municipal a satisfazer o pagamento remanescente global anteriormente aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

5 - *Proposta n.º 57/2006* - Aprovar a afectação de três parcelas de terreno designadas com os n.ºs 1, 2 e 3, destinadas ao domínio público e pertencentes a Manuel da Silva Pássaro, bem como o reconhecimento do direito à isenção da taxa pela ocupação do domínio público municipal com o estaleiro de apoio à obra de edificação na Rua de Caselas, 108/108-A, nos termos da proposta (Processo privativo n.º 46/DGI/2002), ao abrigo da alínea e) do n.º 2 e da alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

6 - *Proposta n.º 58/2006* - Aprovar a alienação, sob a forma de complemento de edificação do prédio municipal sito na Rua das Fontainhas, 41 a 45, a «Alcântara Rio - Empreendimentos Imobiliários, S. A.» e dos restantes prédios que integram a operação urbanística objecto do processo 994/OB/2002,

nos termos da proposta, ao abrigo da alínea *i*) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

7 - *Proposta n.º 59/2006* - Aprovar a aquisição a Maria Adelina Duarte e Silva Marques e outra, do prédio sito na Estrada da Torre, 5 e 7, bem como a cessação do contrato de arrendamento comercial de Rogério Alves Marques, Ltd.<sup>a</sup>, relativamente à loja, com o seu logradouro, do prédio acima identificado, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea *i*) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

8 - *Proposta n.º 60/2006* - Aprovar a prorrogação dos direitos de superfície a favor da ESLI, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea *i*) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

9 - *Proposta n.º 66/2006* - Aprovar o Plano de Pormenor em Regime Simplificado - Projecto Urbano Parque Oriente, nos termos da proposta, ao abrigo das alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

10 - *Proposta n.º 71/2006* - Aprovar a repartição de encargos à Plantiagro - Comercialização de Produtos para a Agricultura, Ltd.<sup>a</sup>, do «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas da cidade de Lisboa», nos termos

da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

11 - *Proposta n.º 72/2006* - Aprovar a repartição de encargos à empresa Parques e Jardins - Projectos e Construções, Ltd.<sup>a</sup>, do «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza da zona sul do Parque Florestal de Monsanto», nos termos da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

12 - *Proposta n.º 73/2006* - Aprovar a repartição de encargos à empresa Vadeca - Jardins, S. A., do «Fornecimento de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Alameda D. Afonso Henriques», nos termos da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 2006/03/10.

Pel'a Presidente,  
O 1.º Secretário,  
(a) Jorge Antas

## Deliberações

Sessão de 21 de Fevereiro de 2006

- *Deliberação n.º 13/AM/2006*:

## Acta

Aos 21 de Fevereiro de 2006, procedeu-se à Eleição dos membros constantes da Lista A (única) para as Representações Externas da Assembleia Municipal de Lisboa a seguir designadas:

Comissão Concelhia de Saúde	1 Representante
Conselho Municipal das Comunidades e Minorias Étnicas	1 Representante
Conselho Municipal para a Integração a Pessoa com Deficiência	1 Representante
Comissão Municipal de Lisboa	1 Representante
Conselho Geral da EMARLIS – Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, E.M	5 Representantes
Conselho Geral da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.	4 Representantes
Assembleia Distrital de Lisboa	1 Presidente de Junta de Freguesia
Conselho Municipal de Educação	1 Presidente de Junta de Freguesia
Conselho Municipal de Segurança	8 Presidentes de Junta de Freguesia 17 Representantes de reconhecida idoneidade

Procedeu-se à votação, apurando-se o seguinte resultado: Nestes termos, proclama-se eleitos os candidatos propostos.

- Votos a favor: 69;
- Votos contra: 14;
- Abstenções: 13;
- Votos em branco: 2;
- *Votantes*: 98.

Os Escrutinadores,  
*Jorge Santos* - PSD  
*Maria Luísa Vicente Mendes* - PS  
*Luís Campos* - PCP

Lista A

Representações Externas da AML

Comissão Concelhia de Saúde	1 Representante PSD – D.M. Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo
Conselho Municipal das Comunidades e Minorias Étnicas	1 Representante PSD – D.M. Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro
Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência	1 Representante PS – D.M. Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes
Comissão Municipal de Lisboa	1 Representante PSD – D.M. Fernando Manuel Moreno Braancamp
Conselho Geral da EMARLIS – Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, E.M	5 Representantes PSD – D.M. Armando Dias Estácio D.M. José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa D.M. João Nuno Vaissier Ferro PS – D.M. José Manuel Rosa do Egípto D.M. José Maria Ribeiro Rodrigues
Conselho Geral da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.	4 Representantes PSD – D.M. Luís Baltazar Brito da Silva Correia D.M. Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias PS – D.M. Fernando Pereira Duarte PCP – D.M. Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista
Assembleia Distrital de Lisboa	1 Presidente de Junta de Freguesia PS – D.M. Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros
Conselho Municipal de Educação	1 Presidente de Junta de Freguesia PSD – D.M. Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva
Conselho Municipal de Segurança	<p><b>8 Presidentes de Junta de Freguesia</b></p> <p>PSD – D.M. Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa D.M. Luís Filipe Graça Gonçalves D.M. Marcelino António Figueiredo D.M. Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira D.M. Rui Manuel Pessanha da Silva PS – D.M. Maria da Graça Resende Pinto Ferreira D.M. Maria Irene dos Santos Lopes PCP – D.M. José das Neves Godinho</p> <p><b>17 Representantes de reconhecida idoneidade</b></p> <p>Indicados pelo PSD:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Carlos Cardoso Alves</li> <li>- Carlos Eduardo de Oliveira e Silva</li> <li>- Fernando Manuel Afonso de Almeida</li> <li>- José Luís de Rezende Moreira da Silva</li> <li>- Maria Figueirinhas</li> <li>- Nuno de Freitas Motta Campello Moreira</li> <li>- Nuno Roque</li> <li>- Pedro Clemente</li> </ul> <p>Indicados pelo PS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rui Paulo Figueiredo</li> <li>- José António Videira</li> <li>- Manuel Brito</li> <li>- Luís Gonçalves Vaz</li> </ul> <p>Indicados pelo PCP:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- António Joaquim Cunha</li> <li>- Lourenço Ramos Bernardino</li> </ul> <p>Indicado pelo BE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro</li> </ul> <p>Indicado pelo CDS/PP:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes</li> </ul> <p>Indicada pelo PEV:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emília Cristina Antunes Serra</li> </ul>

(Aprovada por escrutínio secreto, com 69 votos a favor, 14 votos contra, 13 abstenções e 2 votos em branco.)

Sessão de 2 de Março de 2006

- *Deliberação n.º 9/AM/2006* (Deliberação n.º 7/CM/2006):

Proposta n.º 7/2006

Considerando que a Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL), com sede no Concelho de Lisboa, constituiu uma Fundação - a Fundação Antral - que tem por escopo a prossecução de acções de carácter social, cultural e filantrópico, visando a valorização do sector de transportes rodoviários em automóveis ligeiros, bem como dos industriais (cerca de 7000 só na cidade de Lisboa), seus familiares e colaboradores que exerçam essa actividade;

Considerando que esta Fundação tem como principal escopo promover e desenvolver acções que visam a melhoria do bem-estar dos industriais, seus colaboradores e familiares, em particular, daqueles que se encontram numa situação de especial vulnerabilidade;

Considerando que na prossecução desta missão, a referida Fundação pretende construir a curto prazo um Centro de Dia, prestar serviços de apoio domiciliário e criar um ou mais Lares para Idosos, necessitando, para tal, gerar recursos que lhe permita desenvolver e sustentar tais projectos;

Considerando que para o reconhecimento da Fundação, pelas entidades competentes, é necessário demonstrar a suficiência dos bens a esta afectos para a prossecução dos objectivos que visa alcançar;

Considerando que como meio de transporte público, o táxi desempenha um papel importante na mobilidade da cidade de Lisboa, sendo a ANTRAL uma Associação representativa dos interesses dos industriais do sector, ao que acresce, agora com a criação da Fundação ANTRAL, uma entidade com fins de natureza sociais e filantrópicos, aos quais se torna forçoso reconhecer um inegável interesse público municipal;

Considerando que o Município de Lisboa possui um património imobiliário diverso que deve servir para prosseguir os seus fins, nomeadamente, o bem-estar dos municípios;

Considerando que através da constituição de direitos de superfície é possível apoiar a missão assistencial que a Fundação ANTRAL se propõe prosseguir, nomeadamente a construção do Centro de Dia e assegurar os meios necessários ao seu funcionamento;

Considerando que as preocupações ambientais do Município e o seu especial papel na divulgação e na promoção da utilização de novas energias alternativas, como por exemplo, o GPL (Gás de Petróleo Liquefeito), o Gás Natural, o Hidrogénio ou o Biodiesel;

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea *b*) e n.º 6, alínea *a*) e do artigo 53.º, n.º 2, alínea *j*) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que esta delibere:

1 - Autorizar a constituição do direito de superfície a favor da Fundação ANTRAL, pelo período de 50 (cinquenta) anos, sobre o prédio sito na Rua Coronel Pereira da Silva, 16

e Rua Comandante Freitas da Silva, 3/3-A, na freguesia da Ajuda (antigas instalações do Regimento de Sapadores de Bombeiros), com a área total de 315,60m², representado a tracejado azul na cópia da Planta DPI n.º 05/160/02, em anexo e que faz parte integrante da presente Proposta, destinado à construção de um Centro de Dia;

2 - Autorizar a constituição do direito de superfície a favor da Fundação ANTRAL, pelo período de 20 (vinte) anos, sobre uma parcela de terreno próxima da Avenida Santo Condestável, com 3535 m² de área, melhor identificada no polígono tracejado na cópia da Planta DPI n.º 04/051/02, em anexo e que faz parte integrante da presente Proposta, destinada à instalação de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, incluindo obrigatoriamente energias alternativas, como por exemplo o GPL (Gás de Petróleo Liquefeito), ficando desde já autorizada a sua exploração por terceiros pelo prazo máximo fixado para o direito de superfície;

3 - Os referidos direitos de superfície serão constituídos no prazo de 90 (noventa) dias após o reconhecimento da referida Fundação pela entidade competente, nos termos do artigo 188.º do Código Civil.

#### *Condições do Acordo*

I - A superficiária pagará, pelo direito de superfície sobre a parcela de terreno destinada à instalação do posto de abastecimento de combustíveis líquidos, uma renda anual de 1500 euros (mil e quinhentos euros), e, pelo direito de superfície sobre o prédio destinado à construção de um Centro de Dia, uma renda anual de 1500 euros (mil e quinhentos euros), ambas actualizadas pela aplicação da taxa «r» igual à taxa de actualização anual dos arrendamentos habitacionais, de acordo com a Deliberação n.º 543/CM/94, publicada no *Boletim Municipal* n.º 47, de 17 de Janeiro de 1995, que alterou a redacção do n.º 3 da Proposta n.º 96/92, publicada no *Diário Municipal* n.º 16 353, de 13 de Abril de 1992.

II - Sob pena de extinção dos direitos de superfície, as obras do Centro de Dia e do posto de abastecimento de combustíveis líquidos deverão estar concluídas no prazo de dois anos, contados da data da escritura da sua constituição.

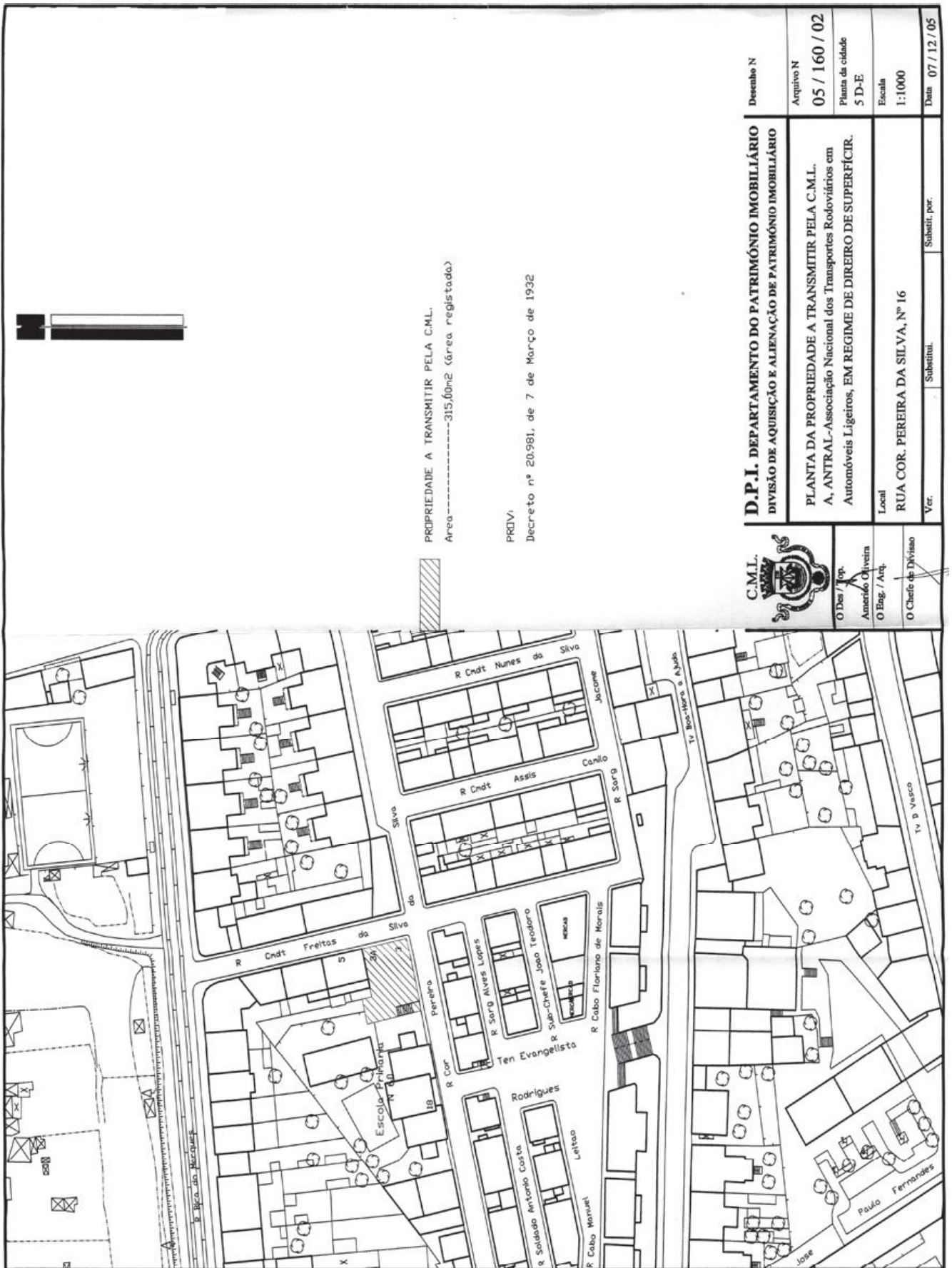
III - Expirado o prazo de duração do direito de superfície, o Município, através dos seus órgãos competentes, poderá reconhecer à Superficiária o direito de preferência em nova constituição do referido direito, se esta vier a ter lugar.

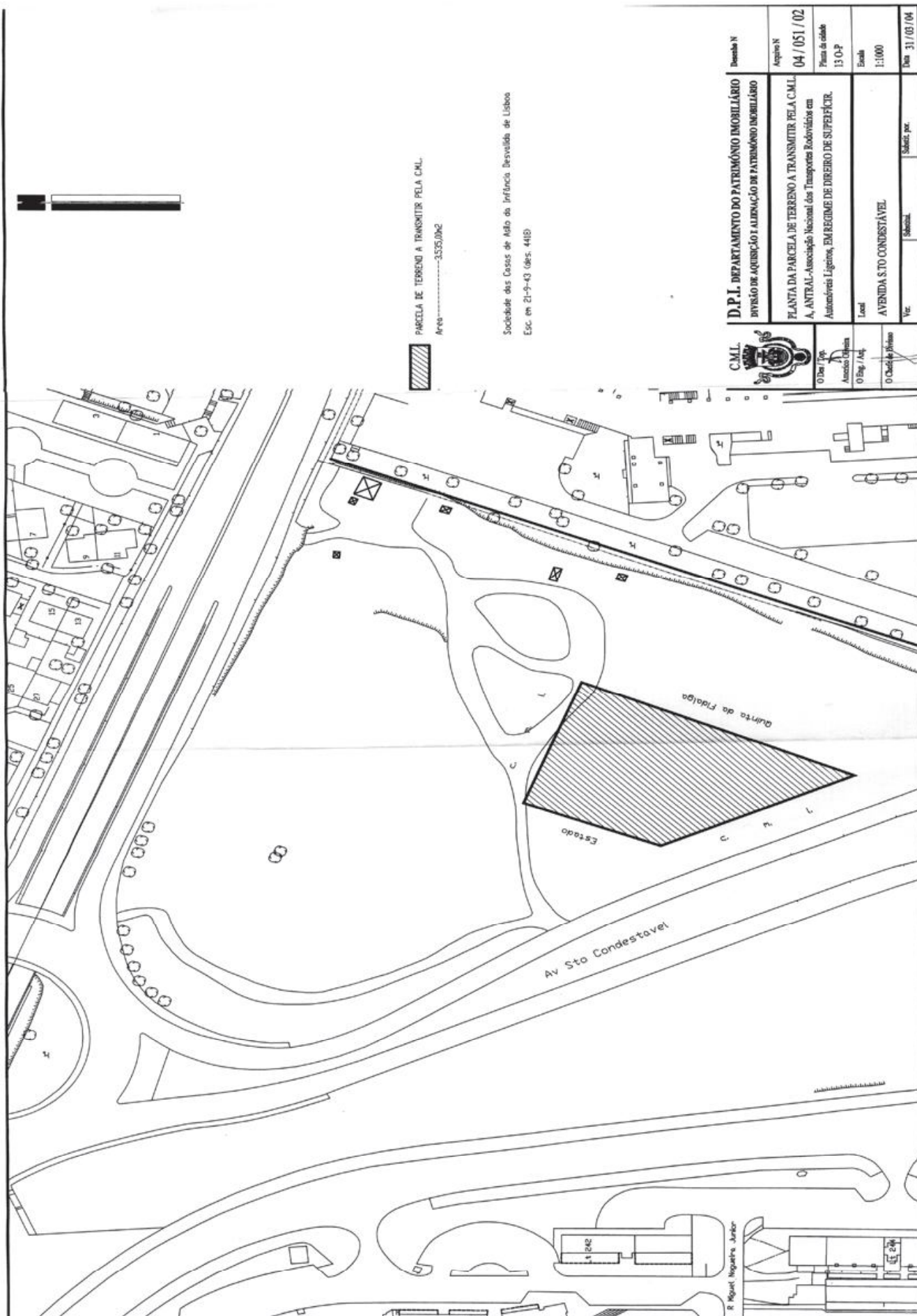
IV - Em tudo o mais serão aplicáveis a estes direitos de superfície a legislação que rege esta matéria.

(Processo privativo n.º 150/DPI/05.)

[Aprovada por Pontos - *Ponto 1*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (PS, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PCP e 2 PPD/PSD); *Ponto 2*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP); votos contra (PS, PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (4 PPD/PSD); e *Ponto 3*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP); votos contra (PS, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PCP e 4 PPD/PSD).]







- *Deliberação n.º 10/AM/2006* (Deliberação n.º 8/CM/2006):

Proposta n.º 8/CM/2006

Considerando a necessidade de se garantir a vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira;

Considerando que, para tanto, foi lançado o Concurso Público Internacional - Processo n.º 22/DMSC-DA/05 - para «Prestação de serviços de vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira», tendo o Júri do Concurso designado para o efeito, após apreciar o mérito das propostas das empresas concorrentes admitidas ao Concurso, emitido parecer no sentido da adjudicação à firma «2045 - Empresa de Segurança, S. A.», por ter sido aquela que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa e que cumpre os critérios de adjudicação enunciados no respectivo Programa de Concursos;

Considerando que o prazo para a prestação de serviços é de 12 meses, com início em 2006/01/01, e prorrogável até ao triénio subsequente;

Considerando que ainda não foi autorizada a repartição de encargos nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e o artigo 11.º, n.º 4.1 do Regulamento do Orçamento em vigor;

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

1 - Ao abrigo do disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adjudicar a «Prestação dos serviços de vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira», para o período de 12 meses, com início em 2006/01/01, à firma «2045 - Empresa de Segurança, S. A.», pelo valor de 58 038 euros (cinquenta e oito mil e trinta e oito euros), ao qual acresce o IVA à taxa de 21 % no montante de 12 187,98 euros (doze mil cento e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos), perfazendo um total de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos);

2 - Autorizar a repartição de encargos referentes às sucessivas renovações da «Prestação de serviços de vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira»;

3 - Autorizar o valor global para as sucessivas renovações de 210 677,94 euros (duzentos e dez mil seiscentos e setenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos), com IVA à taxa legal de 21%, já incluído, ao qual para cada ano da prorrogação (2007, 2008 e 2009) acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços, prevista no n.º 10.2.1 do Caderno de Encargos;

4 - Autorizar que seja contraído, no ano de 2006, o valor de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa legal de 21 %, já incluído, e com cabimento na Rubrica Orçamental 02.02.18 da Orgânica 08.01;

5 - Autorizar que seja considerado como encargo assumido para o ano de 2007, o valor de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa de 21 %, já incluído (ao qual acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços para o ano em causa);

6 - Autorizar que seja considerado como encargo assumido para o ano de 2008, o valor de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa de 21 %, já incluído (ao qual acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços para o ano em causa);

7 - Autorizar que seja considerado como encargo assumido para o ano de 2009, o valor de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa de 21 %, já incluído (ao qual acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços para o ano em causa);

8 - Aprovar a Minuta do Contrato anexa.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PS e PCP).]

## MINUTA

Contrato de fornecimento de serviços

Aos ... de ... de 2006, nesta cidade de Lisboa, na sede da Direcção Municipal de Actividades Económicas, compareceram como Outorgantes:

*Primeiro* - O Excelentíssimo Sr. Dr. Carlos Miguel Gomes Fernandes Fontão de Carvalho, casado, portador do Bilhete de Identidade n.º 4234592, emitido em 2004/03/16, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente em Lisboa, na Rua Professor Salazar de Sousa, 22, 8.º direito - 1750-233 Lisboa, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, que outorga em representação desta, de harmonia com a delegação de poderes conferida pelo Despacho n.º 509/P/2005;

*Segundo* - ..., natural de ..., residente ..., portador do Bilhete de Identidade n.º ..., emitido em ..., pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, Contribuinte n.º ..., que outorga em representação da sociedade «2045 - Empresa de Segurança, S. A.», com sede na Rua Alto do Matoutinho, 1 - 2665-291 Malveira.

Foi verificada a identidade, qualidade e suficiência de poderes dos Outorgantes para intervirem neste acto por conhecimento pessoal quanto ao Primeiro e, quanto ao Segundo, pela exibição do Bilhete de Identidade atrás referido, e por ..., de ..., que se arquivam.

Pelo Primeiro Outorgante foi dito que, mediante Concurso Público Internacional, a Câmara Municipal de Lisboa, por sua Deliberação tomada em reunião de ... de ... do ano de dois mil e cinco, sob a Proposta n.º ..., adjudicou à representada do Segundo Outorgante a «Prestação de serviços de vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira», com as condições técnicas e jurídicas, Programa de Concurso, Caderno de Encargos, com a proposta da «2045 - Empresa de Segurança, S. A.», documentos que se arquivam e ficam a fazer parte integrante deste Contrato.

Nesta conformidade, com ele Segundo Outorgante, contrata o mesmo nos termos seguintes:

*Primeiro* - O prazo de execução é de doze meses contados a partir de um de Janeiro do ano de dois mil e seis.

*Segundo* - O Contrato poderá ser prorrogado até ao triénio subsequente à adjudicação, nos termos do ponto 9.1 do Caderno de Encargos, ficando sujeito à revisão de preços.



*Terceiro* - O valor estimado para o presente Contrato é de 232 152 euros (duzentos e trinta e dois mil cento e cinquenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa em vigor, onde se inclui o ano de 2006 e prorrogações (2007, 2008 e 2009), à qual para cada ano de prorrogação acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços prevista no ponto 10.2.1 do Caderno de Encargos.

*Quarto* - O valor referente à prestação de serviços para o ano de 2006 é de 58 038 euros (cinquenta e oito mil e trinta e oito euros), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa em vigor.

*Quinto* - O encargo tem cabimento na Rubrica Orçamental zero dois.zero dois.dezoito da Orgânica zero oito.zero um.

*Sexto* - As facturas terão de ser emitidas em nome da CML, ao cuidado da Direcção Municipal de Finanças, Campo Grande, 25, 8.º, bloco A - 1749-099 Lisboa, com indicação do Serviço responsável pela correspondente contratação (DMAE/DA/DGML - Rua da Cruz Vermelha, 12 - 1600-053 Lisboa) e referência do(s) documento(s) que lhe deram origem.

*Sétimo* - O Segundo Outorgante cumprirá as cláusulas e condições constantes na referida Proposta em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos.

*Oitavo* - O presente Contrato considera-se renovado por iguais períodos, até ao triénio subsequente, se nenhuma das Partes o denunciar, por escrito e com uma antecedência mínima de trinta dias relativamente ao fim do prazo ou período de renovação.

*Nono* - Para as questões emergentes do presente Contrato é competente o Foro de Lisboa.

Assim o disseram e outorgaram.

Foram exibidos os Cartões de Identificação de entidade equiparada a pessoa colectiva, números 500051070 e 502332905, referentes, respectivamente, às representadas dos Primeiro e Segundo Outorgantes.

Verificou-se que o Segundo Outorgante tem a situação contributiva regularizada quanto à Segurança Social, por uma certidão de . . . , que se arquiva.

O presente Contrato foi lido e o seu conteúdo explicado em voz alta aos Outorgantes na presença simultânea de ambos.

Os Outorgantes rubricaram os documentos atrás referidos e declararam conhecer o seu conteúdo.

- *Deliberação n.º 11/AM/2006* (Deliberação n.º 31/CM/2006):

Proposta n.º 31/2006

Considerando que:

O tratamento insuficiente de águas residuais urbanas afecta o ambiente e a qualidade de vida da população, sendo por isso necessário exigir o controlo adequado e contínuo das estações de tratamento por forma a garantir o seu melhor funcionamento, salvaguardando o ambiente dos efeitos nocivos da descarga de águas residuais;

Da transposição sucessiva da Directiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa ao tratamento de águas residuais urbanas para o ordenamento jurídico nacional, através dos Decretos-Leis n.ºs 45/94, 46/94 e 47/94, todos de 22 de Fevereiro, do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto e do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho, resultou a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara, por forma a permitir o ajuste do sistema de tratamento das águas residuais aos requisitos técnicos ali prescritos;

Esta adaptação, por razões de ordem técnica, implicará a ampliação das instalações da ETAR, a qual terá que ser executada a jusante do tratamento secundário, uma vez que este é efectuado no final da linha, preconizando-se uma solução gravítica, adequada a uma maior sustentabilidade energética e potenciando vantagens nos circuitos de tratamento e de operacionalidade;

Com a adaptação para tratamento secundário da ETAR de Alcântara, também se procederá à demolição do edifício administrativo e do edifício de exploração que se encontram actualmente implantados em «Área Verde de Protecção», reconvertendo esse espaço em área verde efectiva, conforme a classificação que consta da Planta de Ordenamento do Espaço Urbano do Plano Director Municipal;

No estrito respeito pela legislação supra-referida foi celebrado um Contrato de Concessão entre o Estado Português e a SIMTEJO, nos termos do qual se reiterou a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara;

A parcela para onde se prevê a instalação do tratamento secundário, encontra-se classificada na Planta de Ordenamento, como «Área Verde de Protecção», quando é certo que à data da elaboração do Plano Director era já manifestamente expectável que esta área era necessária para cumprir o disposto na Directiva Comunitária;

Na elaboração do PDM, houve um erro de dimensionamento na representação gráfica da área necessária para a ETAR, o qual não teve origem no projecto inicial, mas na falta de previsão da necessidade da adaptação ao tratamento secundário;

Em vez de «Área Verde de Protecção», deveria a carta de ordenamento, já em 1994, ter classificado aquela parcela como «Área de Usos Especiais» e, assim, cautelarmente, ter garantido, a possibilidade de cumprimento da Directiva Comunitária;

Este erro de dimensionamento na representação gráfica que conduziu a erro de classificação da parcela na Planta de Ordenamento, é susceptível de correcção, no âmbito do procedimento de alteração do Plano Director Municipal em Regime Simplificado, nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 97.º, e ainda do disposto na alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo, desde a data da transposição da Directiva Comunitária, para a ordem jurídica interna;

Tenho a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa que, nos termos da alínea a) do n.º 2 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º, conjugadas com o disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere o seguinte:

- Submeter a Deliberação da Assembleia Municipal a alteração em regime simplificado do Plano Director Municipal, junta em anexo, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 1 e das

alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, dando conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e assegurando os demais procedimentos, de acordo com o n.º 4 do citado artigo.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, PEV e CDS/PP) e abstenções (Bloco de Esquerda).]

#### PARCELA A SUL DA ETAR DE ALCÂNTARA

#### Alteração ao Plano Director Municipal de Lisboa, em Regime Simplificado

Oportunidade da alteração ao PDM

##### *Anexos:*

- Extractos de Plantas do PDM;
- Extracto de planta da zona de ampliação;
- Extracto de planta do Caderno de Encargos do Concurso Público Internacional CP/001/05-«Empreitada de concepção/ /construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara»;
- Ofício SIMTEJO Ref.: CA/0010/2005;
- Ofício SIMTEJO Ref.: CA/0990/2004.

#### OPORTUNIDADE DA ALTERAÇÃO AO PDM

A parcela em causa confina a norte com a ETAR de Alcântara e tem como limites sul e nascente, a Rua recentemente aberta a sul e como limite poente, a Avenida de Ceuta.

A Directiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, foi sucessivamente transposta para a ordem jurídica interna. Desta transposição resulta a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara.

No estrito respeito pela legislação supra-referida, foi celebrado um Contrato de Concessão entre o Estado Português e a SIMTEJO, nos termos do qual se reiterou a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara. Atendendo a que esta adaptação implica, por razões de ordem técnica, a ampliação das instalações da estação de tratamento, mostra-se necessário por força daquela Directiva, disponibilizar mais área para esse efeito.

Pelas mesmas razões de ordem técnica, a remodelação da ETAR terá de ser efectuada a jusante do tratamento secundário, uma vez que este é efectuado no final da linha de tratamento, isto é, após ser efectuado o tratamento primário. Por uma questão de sustentabilidade energética, prevê-se uma solução gravítica, devendo os órgãos de tratamento secundário ser instalados no final da linha, potenciando vantagens nos circuitos de tratamento e de operacionalidade.

Dada a importância do funcionamento da actual instalação, para a qualidade de água no estuário do Rio Tejo, a SIMTEJO terá de assegurar o seu pleno funcionamento, mantendo o nível de tratamento primário actualmente existente, durante a execução das obras de adaptação.

No âmbito do Concurso Público Internacional CP/001/05 - «Empreitada de concepção/construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara», foi exigido aos concorrentes a adaptação do faseamento proposto, de forma a assegurar o pleno funcionamento do tratamento actual, bem como todas as medidas que garantam o funcionamento da instalação existente.

Com a adaptação para tratamento secundário da ETAR de Alcântara, também se procederá à demolição do edifício administrativo e do edifício de exploração que se encontram actualmente implantados em «Área Verde de Protecção», reconvertendo esse espaço em área verde efectiva, conforme a classificação que consta da Planta de Ordenamento do Espaço Urbano.

A parcela para onde se prevê a instalação do tratamento secundário, encontra-se classificada na Planta de Ordenamento, como «Área Verde de Protecção», quando é certo que à data da elaboração do Plano Director era já manifestamente expectável que esta área era necessária para cumprir o disposto na Directiva Comunitária.

Verifica-se assim que, quando da elaboração do PDM, houve em erro de dimensionamento na representação gráfica da área necessária para a ETAR, na medida em que naquela data já havia conhecimento da necessidade de a adaptar com o tratamento secundário e não se representou graficamente a área a ocupar com esse tratamento.

O erro de dimensionamento anteriormente referido, não teve origem no projecto original da ETAR, mas na falta de previsão da necessidade da sua adaptação ao tratamento secundário, quando da elaboração do PDM.

Com efeito, em vez de «Área Verde de Protecção», deveria a carta de ordenamento, já em 1994, classificar aquela parcela como «Área de Usos Especiais» e assim, cautelarmente, ter assegurado o cumprimento da Directiva Comunitária.


Face ao exposto, cumpre proceder à rectificação do erro de classificação do espaço em causa, corrigindo a Planta de Ordenamento.

Atento que este erro de dimensionamento, que conduziu a erro de classificação da parcela na Planta de Ordenamento, é susceptível de correcção, no âmbito do procedimento de alteração do Plano Director Municipal, em Regime Simplificado, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 e das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 97.º, bem como se enquadra nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo, desde a data da transposição da Directiva Comunitária, para a ordem jurídica interna.

Nestes termos é assim oportuna a presente proposta.

Lisboa, Dezembro de 2005.



 Limite da Parcela



Parcela a Sul da ETAR de Alcântara  
Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano - DCIP

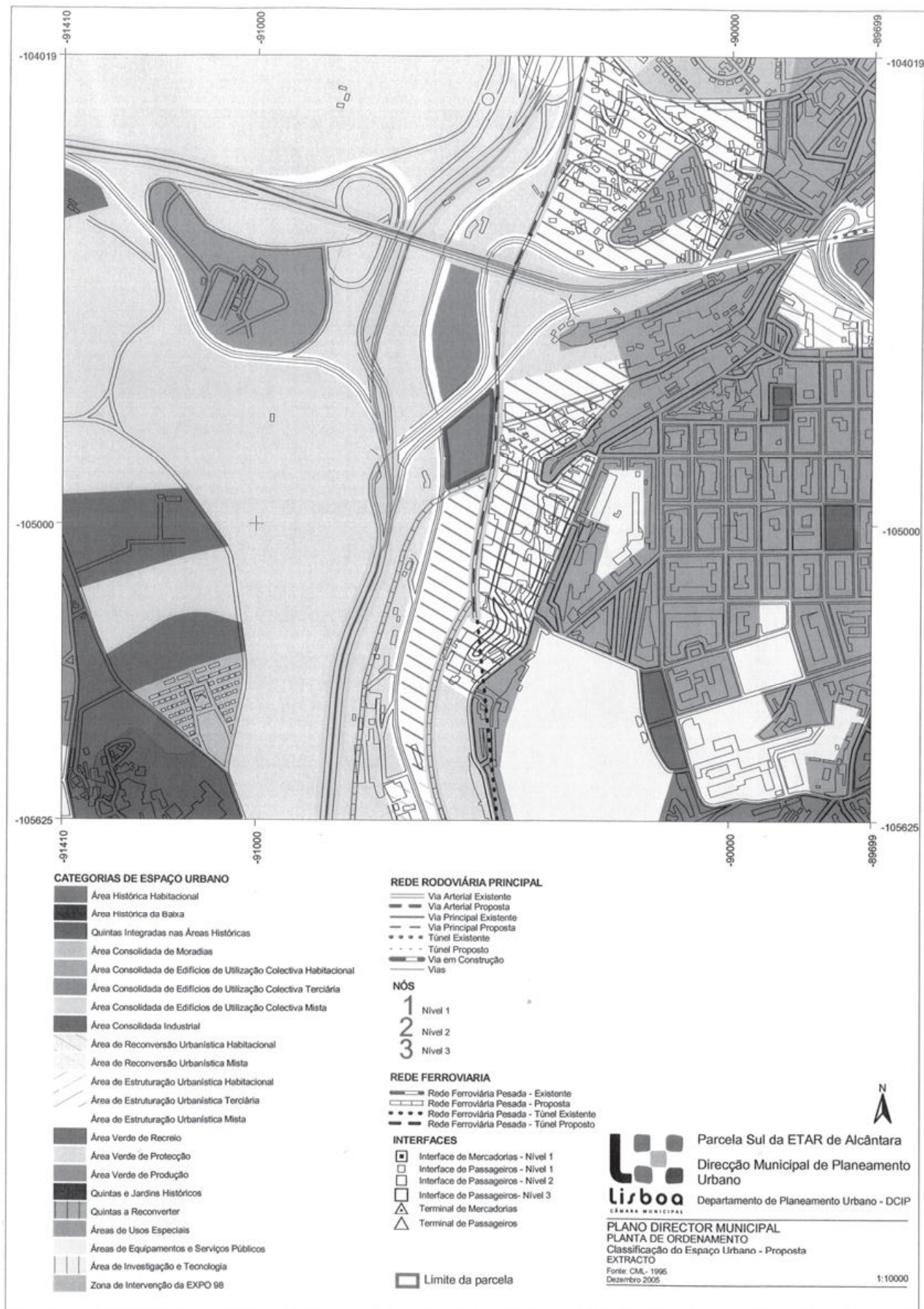
**ORTOFOTOMAPA**

EXTRACTO  
Fonte: CML - 2003  
Dezembro de 2005

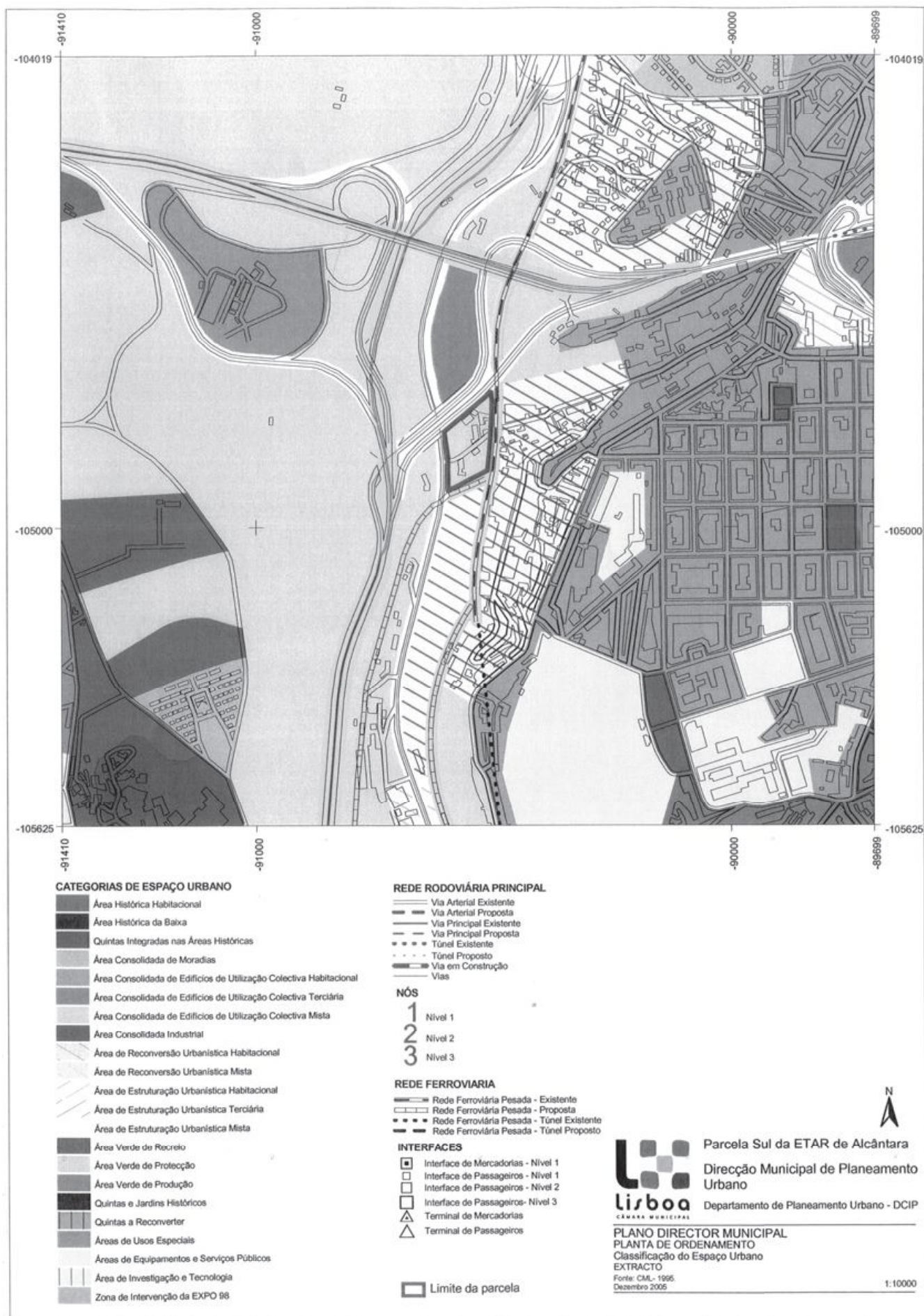
1:5000

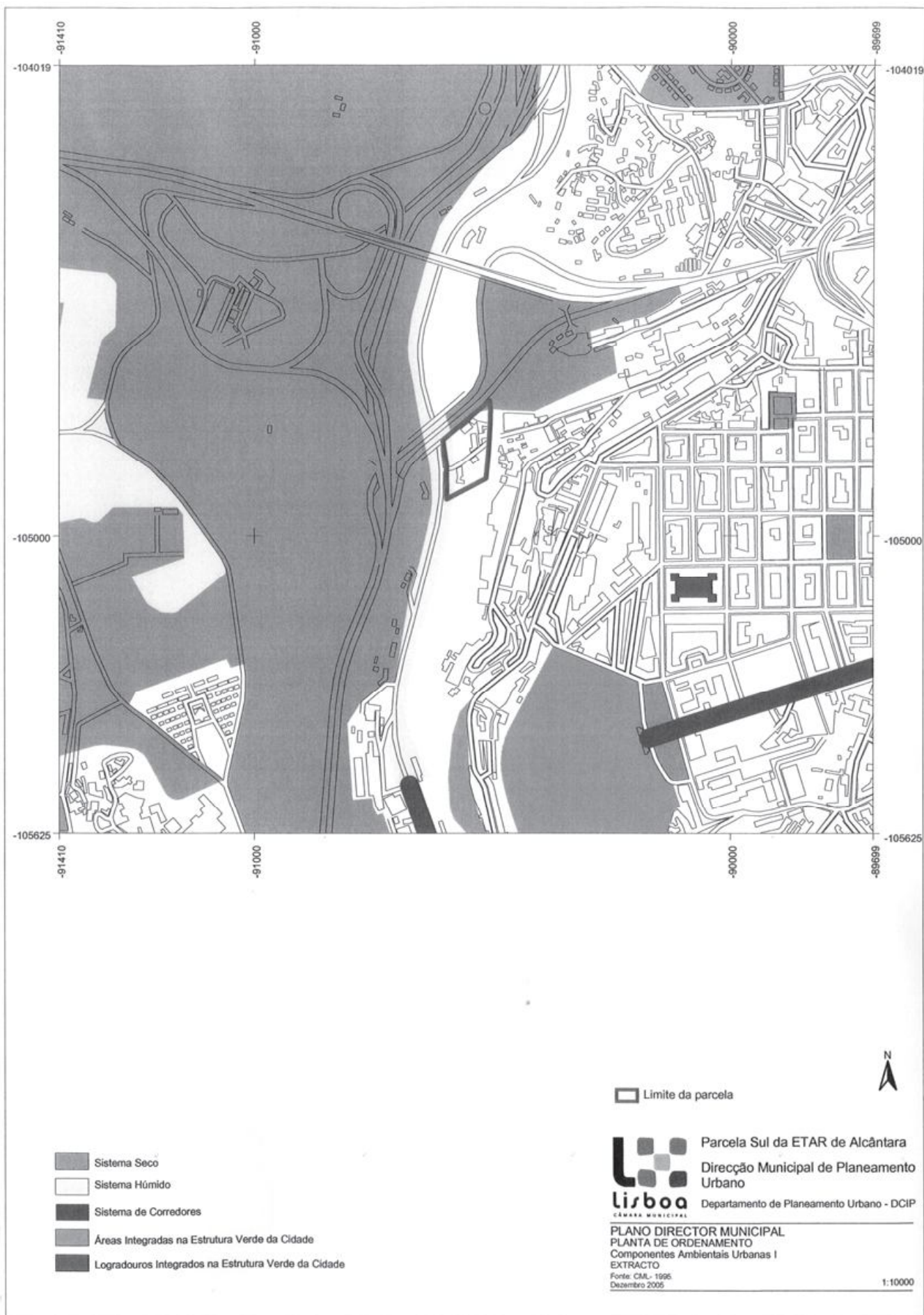
60 0 60 Metros



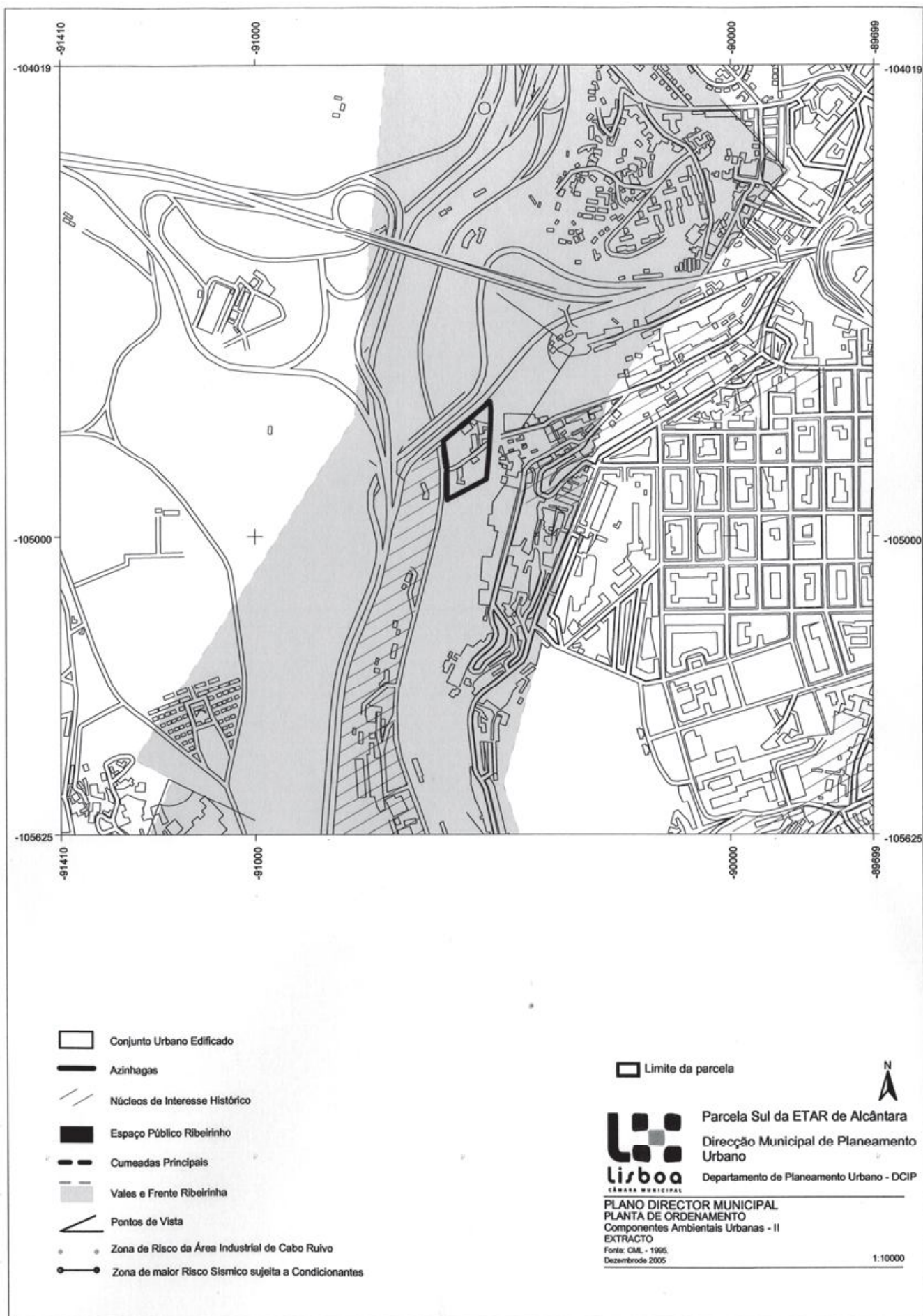


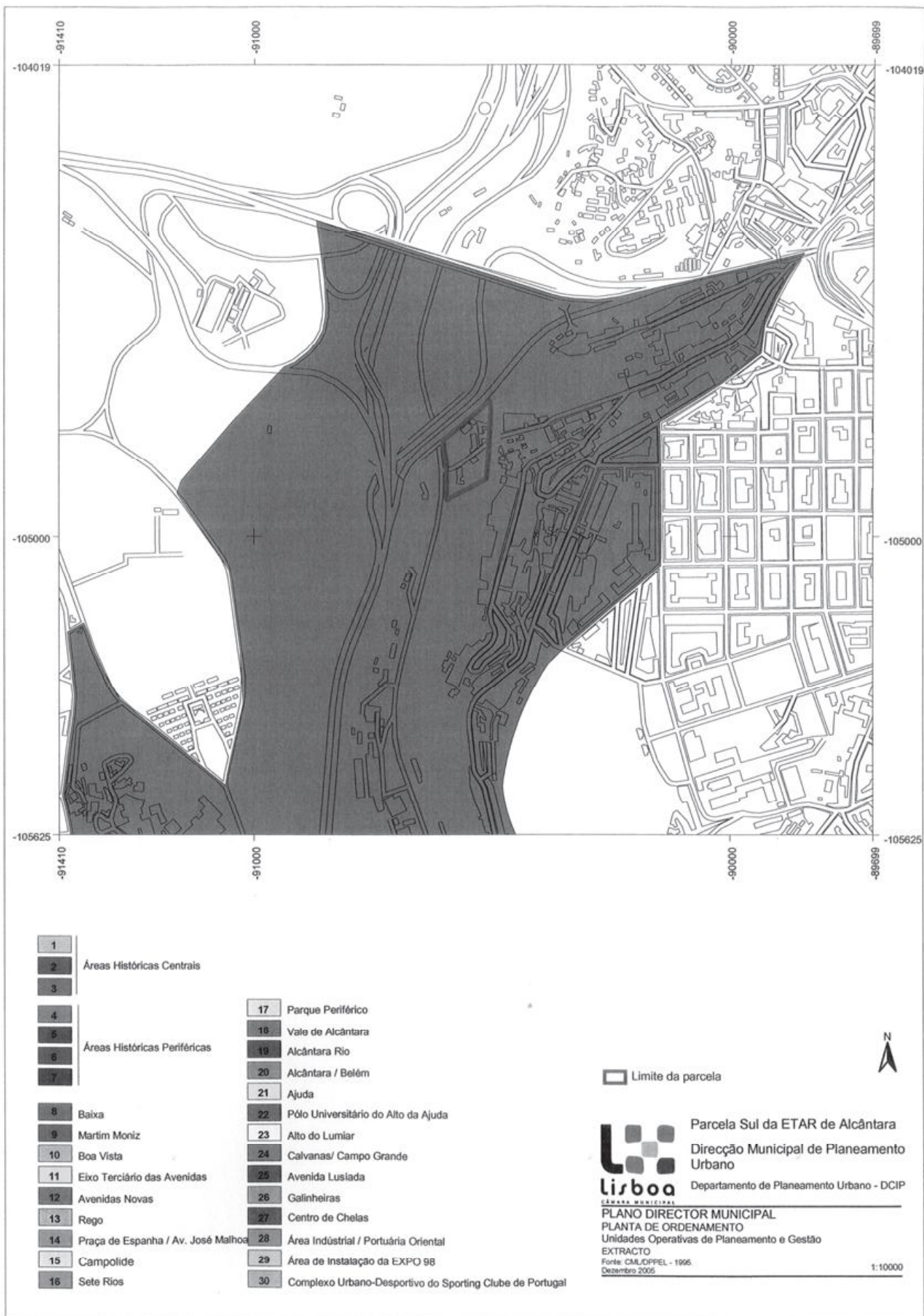




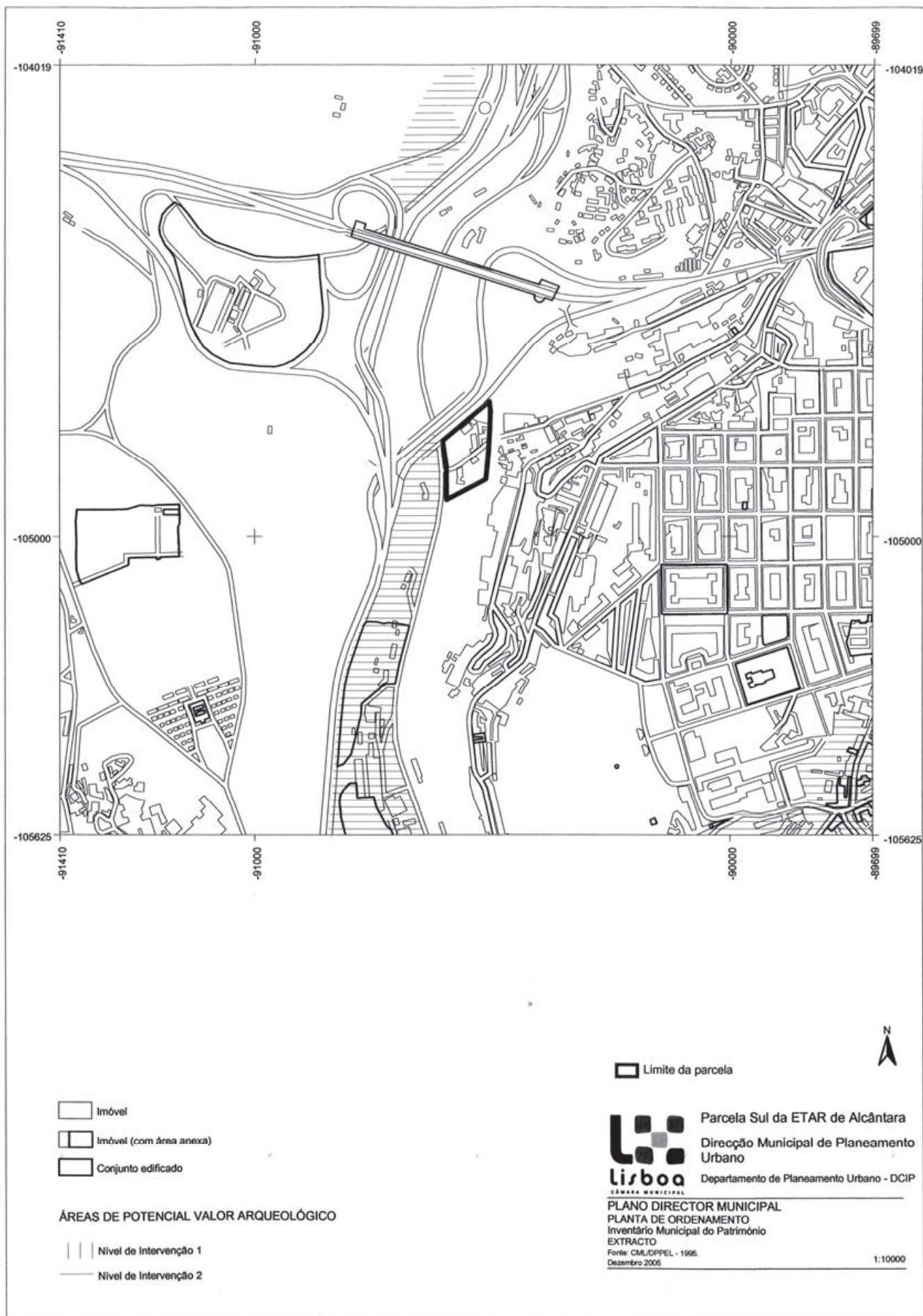


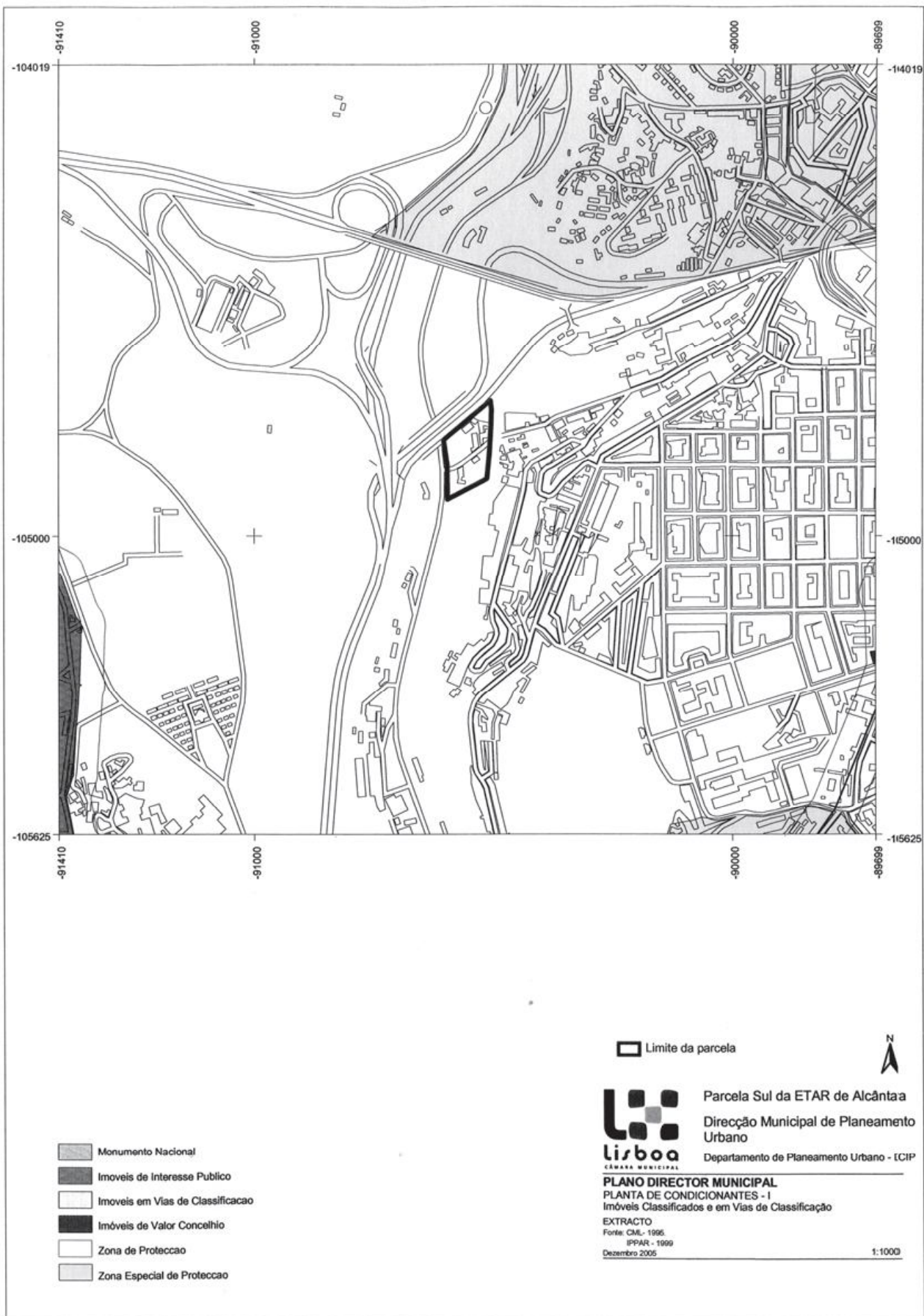




















Os factos referidos, bem como os elementos anexos a esta carta, permitem evidenciar que os terrenos assinalados  
z m, r { A { s - m u n, n o - q m, n l - q A z A n p m, z m, z { A A m, o m A n, ^ q r. Q O M = ? ? = ; ; > < < ? 8, p q, = @ p q, V Q t { , , p q, > < < ? 8, A q - o { , A p { , , { | { A z a m e n t e  
p u A { z u u x a n p { A, | q m, O i y n a m, Y C z u o l m, p q, X U A n { m, | n a m, n y | x u n o { , , p m, Q M , , p q, M o i z A m m

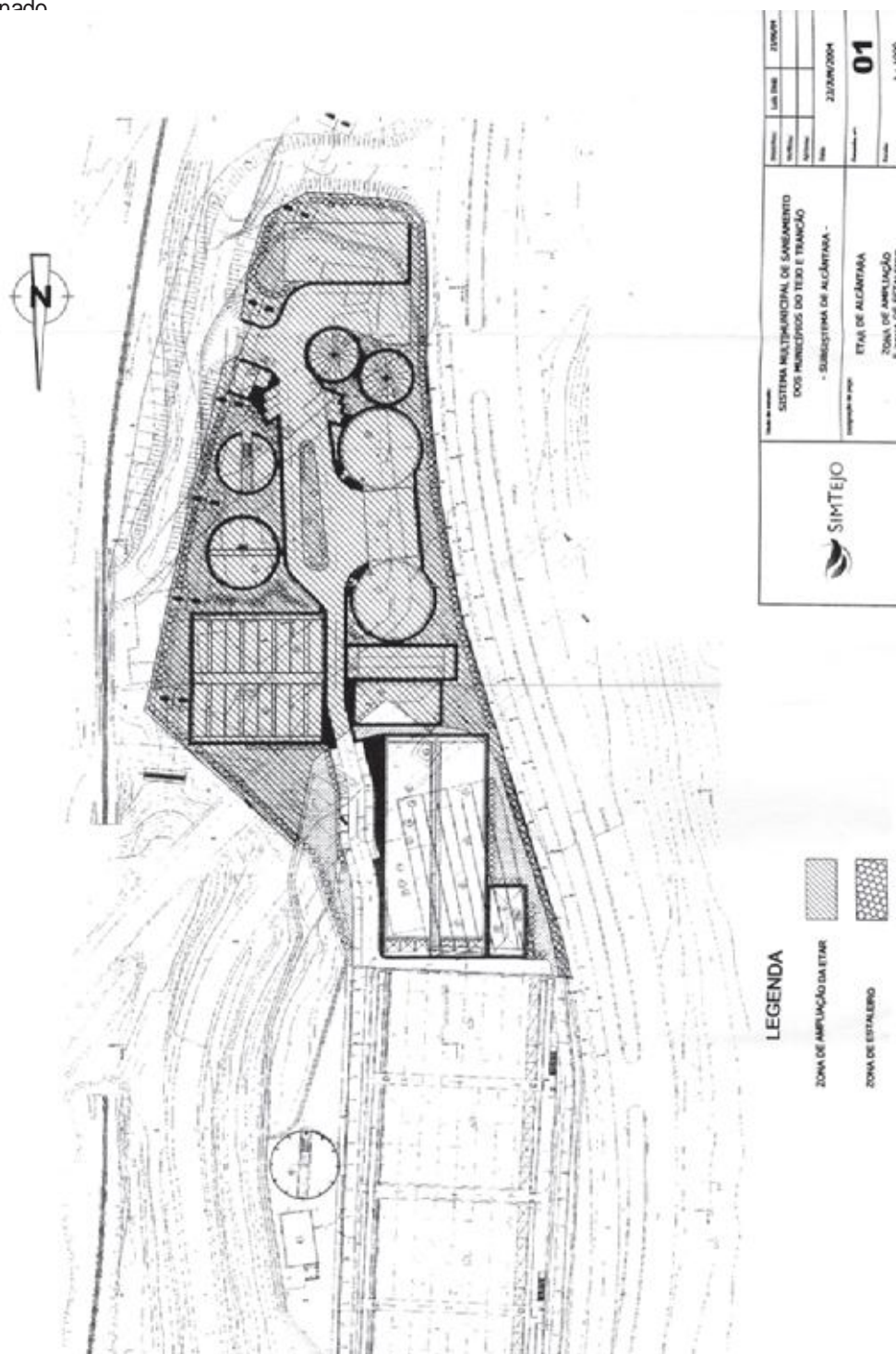
\_ { x o u A n q, m A A y , , C q, { , A o - q { , , | m m, q Q n z A o { , , p m, Q M , , A q m, r { - y m y q z A q, p u A { z u u x a n p { , , i , \_ U Y ` Q M , , q, , C q, { , , z q o q A A i - u  
i , , y | x n z A n o { , , p { , , q A A m q u { , , A q m, u s Q m y q z A q, p u A { z u u x a n p { , , z { A, A q - y { A, - q r q - u p { A, q y , , ? :

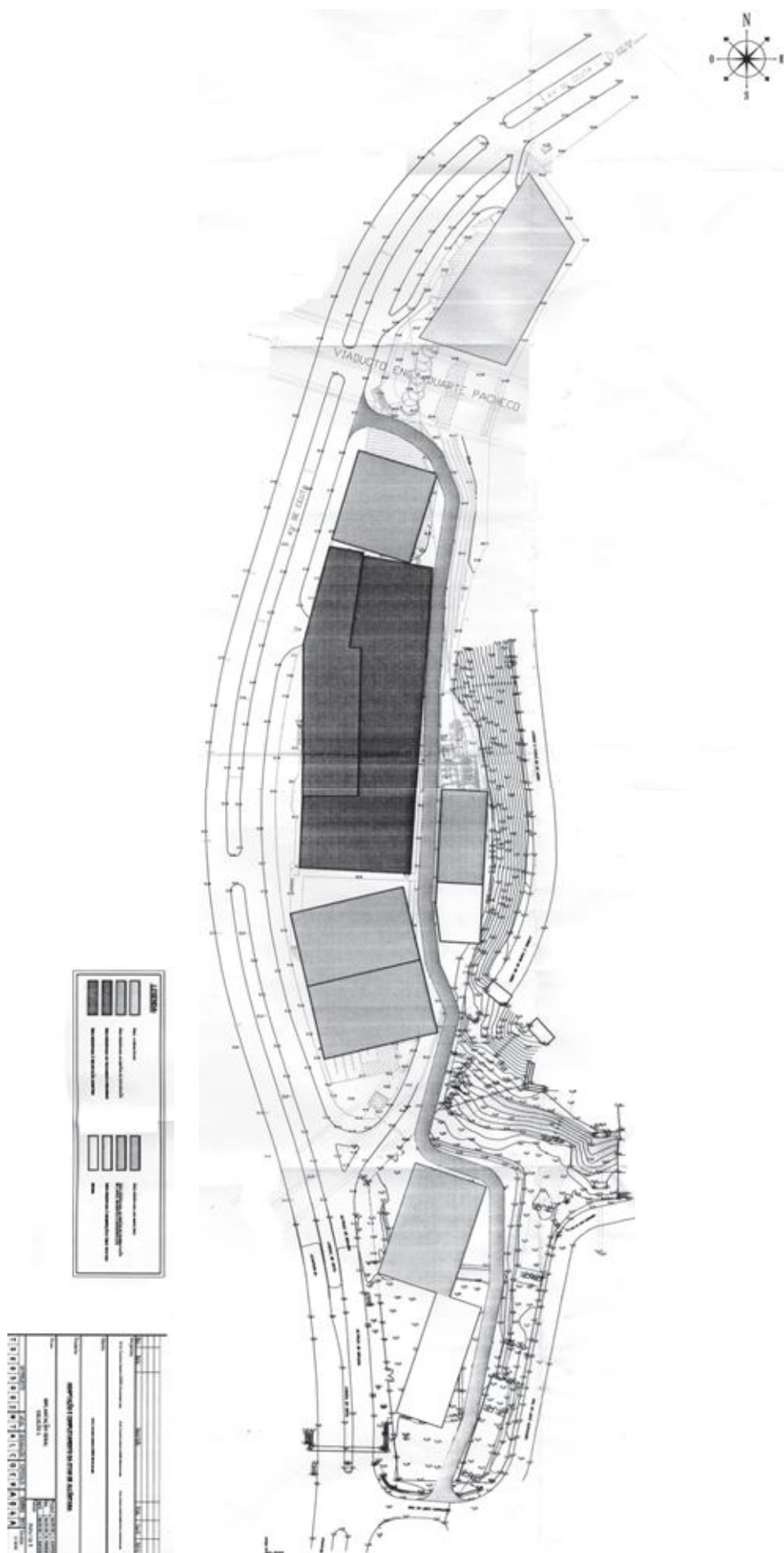
^ q r q - q o q 8 | { - , @ A y { 8 } C q, { A n A q o A A, - q r q - u p { A, - q E q m y 9 A q, u z p u A q z A E q u A p { , | { z A , p q, E A A m p { , p q A z E x E y q z A , d o s t r a b a l h o s .  
\_ q y , , m, o { z r u y n o o { , , p m, i - q m, p u A { z E q x, z o { , , | { p q - i , , u u o m 9 A q, { , , p q A z E x E y q z A , , p { , , | - v o q A :

O Administrador,

(a) M z A z u { , M, , O - A q q m x, R - n a o {

Anexo: O mencionado





9Pqxunq-nôô{,,z:æ=>; MY ; ><<BF

Proposta

\_ { n,, | ~ { | { ÄÄm,pm,O{ z r q-ú z o u m, p q, ^ q | ~ q Ä z Ä z Ä q Ä, p q, >,, p q,, Y m ô { ,, p q,, ><<B8, Ä p m Ä, n Ä, M b Ä m Ä, q,, P q x u n q-n ô ô q Ä, m, Ä y m,, z { ,, \ x q z i ~ u  
p m, M Ä q y n x q m, Y Ç z u u | n 8, q Ä ö { ,, m, | m Ä,, p m, | ~ q Ä z Ä, p m, n 8, m | ~ É p m Ä, q y ,, y u z Ç Ä n 8, z ó { ,, z q o q Ä Ä Ä n z p { ,, p q,, É Ä n ô ô { ,, o n Ä, ,, m, o n Ä :

(Aprovada por unanimidade.)

## Ofi Y M M, Y a Z U U M K

Pqxunq-nôô{

^ q Ç z u ó { ,, p q,, O i y m m,, ~ q m x ü m p m, q y ,, >>,, p q,, R q É q- q u { ,, p q,, ><<B

M, O i y m m, Y Ç z u u | n x, p q,, X u Ä n { n 8, ~ q Ç z u p m, z { ,, p u m, >>,, p q,, R q É q- q u { ,, p q,, ><<B8, p q x u n q- { Ç,, m | ~ É m,, m, Ä q s Ç z Ä q, Y { ô ô { ,, } Ç q, l h e  
r { u, | ~ q Ä z Ä q, q,, } Ç q, Ä y { Ç,, m, r { ~ y m, p q,, P q x u n q-n ô ô { 8, o { y { ,, Ä q, Ä q s Ç q F

9Y { ô ô { ,, z:æ@ OY ; ><<B, 9Subscrita pelo Vereador Pedro Feist:

M, O i y m m, Y Ç z u u | n x, p q,, X u Ä n { m, y n z u r q Ä Ä m, m, Ä Ç m, q Ä Ç | q m n ô ô { ,, q, u z p u s z n ô ô { ,, Ä { n- q, m, m q s n p m, Ä z Ä m Ä É m, p q, | ~ o Ç- m,, c o r r o m p e r  
Ç y ,, p { Ä, Ä q Ç Ä, b q- q m p { ~ q Ä 8, ~,, b q- q m p { ~,, i ,, R q- z n z p q Ä 8, q | Ç o u m, q Ä Ä m, Ä z Ä m Ä É m, q, y n z u r q Ä Ä m, m, Ä Ç m, Ä x p m u p n p q, n { ,, \_ r. Vereador.

\_ q y ,, | ~ q Q ü ä { ,, p m s- n É p m p q, q,, ~ q q É z o u m, } Ç q, q Ä Ä m, Ä q n ô ô { ,, ~ q É q Ä q, | m m, m, O i y m m, Y Ç z u u | n x, p q,, X u Ä n { n 8, o { z Ä p q- n 9 Ä e c o n t u d o  
} Ç q, o { y | q Ä q, i Ä, u z Ä Ä z o u m Ä, | ~ É | ~ u n Ä, n É q- u s Ç m,, { Ä, m o Ä Ä, q, m | Ç- m,, n Ä, ~ q Ä { z Ä m u p n p q Ä, o { y ,, m, y i Ö y m, o q q- u p n p q:

(Aprovada por unanimidade.)

## **PUBLICAÇÕES** na **Toponímia de Lisboa**



### **Engenheiros na Toponímia de Lisboa**

Joaquim Moura Esteves  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 1997

### **a Mulher na Toponímia de Lisboa**

Luis da Silveira Botelho  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 1998

### **os Actores na Toponímia de Lisboa**

Mário Jacques e Silva Heitor  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 2001

### **À venda na Livraria Municipal**

Av. da República n.º 21-A – 1050-185 Lisboa  
Telef. 21 353 05 22 Fax 21 315 94 69  
Horário: Dias úteis, das 9h às 18h Sábados, das 10h às 13h

Publica-se às 5.<sup>as</sup>-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 800

Assinatura Semestral: € 58,24 Assinatura Anual: € 116,48

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Divisão de Imprensa Municipal  
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa Telef. 21 816 14 20 Fax 21 812 00 36 E-mail: imprensa.municipal@cm-lisboa.pt